

OFÍCIO/GAB/SEDES Nº2038/2015.

Palmas, 26 de Novembro de 2015.

A Sua Senhoria o Senhor
MARLON COSTA LUZ AMORIM
Defensor Público Geral

Assunto: Resposta de Recomendação NUSA/Nº005/2015.

Senhor Defensor,

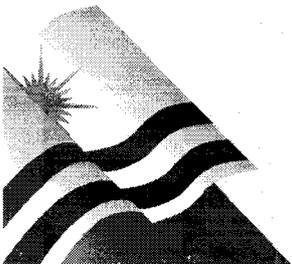
Encaminhamos a Vossa Senhoria o Parecer: 013/2015, em resposta a
Recomendação NUSA/Nº 005/2015 – PROPAC 062/2015 enviado por esta
Defensoria Pública.

Atenciosamente,


Eliane Campos de Araújo Oliveira

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

16:57 26/11/2015 01:7596 DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL DO TOCANTINS



Parecer: 013/2015.

Data: 25/11/2015.

Assunto: Resposta Recomendação NUSA Nº 005/2015.

Em resposta ao Memo 596/2015/GAB/SEDES o qual faz referência a **Recomendação NUSA Nº 005/2015-PROPAC 062/2015** que orienta quanto a implementação de um programa de cadastramento da população em situação de rua, visando traçar perfil populacional por meio de um processo de colheita de dados que possibilite o conhecimento, a sistematização e a uniformização do atendimento; a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEDES do município de Palmas reconhece a grande importância da criação deste Protocolo de Atendimento, visto que o Poder Público por sua vez, na medida da responsabilidade de cada ente, deverá se esforçar para fazer chegar até a população de rua, os serviços necessários para o exercício de sua Cidadania.

No entanto, salientamos que a SEDES em consonância com a suas Políticas de Assistência Social realiza o atendimento à População em Situação de Rua por meio de seus serviços, considerando as Normativas Federais dentre elas a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais regulamentada pela Resolução nº 109 de 11 de Novembro de 2009. Para o atendimento deste público em questão o município conta com os serviços de Média Complexidade que executam o apoio, orientação e acompanhamento de pessoas e famílias em situação de ameaça ou violação de direitos, garantindo a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e o fortalecimento da função protetiva das mesmas. Este serviço é disponibilizado no Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS que oferta além do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) outros serviços como Abordagem Social e Serviço para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias.

O Serviço de Abordagem Social é efetuado por equipe de referência, os quais realizam busca ativa, ou emergencial, com o intuito de construir o processo de saída das ruas e possibilitar condições de acesso à rede de serviços e benefícios assistenciais.



Em se tratando das Unidades de Acolhimento, estas executam os serviços especializados que oferecem acolhimento e proteção a indivíduos e famílias afastados temporariamente do seu núcleo familiar e/ou comunitários e se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos. Esse serviço funciona como moradia provisória até que a pessoa possa retornar à família, seja encaminhado para família substituta, quando for o caso, ou alcance a sua autonomia. Em Palmas contamos com os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes que são acolhidas em medidas protetivas por determinação judicial, em decorrência de violação de direitos (abandono, negligência, violência) ou pela impossibilidade de cuidado e proteção por sua família, sendo eles a Casa Abrigo e a Casa Acolhida.

Quanto ao serviço de Acolhimento para Adultos e suas Famílias, este prevê o acolhimento provisório de pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento, com estrutura para acolher pessoas e grupos familiares com privacidade. Além destes serviços há também a implantação do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua-Centro POP o qual se constitui em unidade de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de natureza pública e estatal, atendendo especificamente a população em situação de rua. O Centro POP representa espaço de referência para o convívio grupal, social e para o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Este serviço proporciona vivências que estimulam o alcance da autonomia, a organização, a mobilização e a participação social. Tais modalidades estão em fase de implantação em nosso município, e contam com seus planos já elaborados e aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social por meio da Resolução nº 02/2015 e com ações previstas no PPA do município para o ano de 2017.

Ressaltamos que mediante a complexidade notada pela equipe técnica desta Secretaria, por meio do atual estágio de desenvolvimento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, visando um melhor amadurecimento e o planejamento das ações para a execução dos serviços, viu-se a necessidade de elaboração e atualização do diagnóstico socioterritorial. O que possibilitará a nós responsáveis e operadores da política de assistência social um olhar mais personalizado das particularidades do território sob o qual estão inseridos os

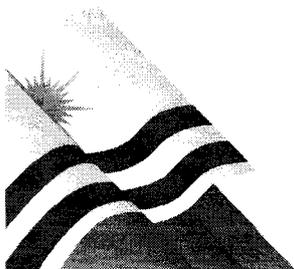


nossos usuários. Diante disso, este diagnóstico está em fase de atualização para que possamos criar ações estratégicas e efetivas na oferta dos serviços.

Justificamos que a implantação do Serviço de Acolhimento para adultos e suas famílias não foi efetivada até o presente momento, devido à insuficiência de orçamento, uma vez que o município não recebe nenhum cofinanciamento do Estado e o recurso disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS não é suficiente para a implantação deste em sua totalidade. Diante disso, como já foi dito, a SEDES tem atendido esses usuários através dos serviços ofertados no CREAS. Entendendo a importância e necessidade de suprir esta demanda a Gestão considera a implantação do Centro POP e do Acolhimento Institucional um desafio a ser vencido. Para isso a recomendação feita pela Defensoria Pública do Estado do Tocantins de implantação de um programa de cadastramento do público em questão, vem de encontro com os objetivos desta pasta.

Salientamos que o perfil do público atendido por nossa equipe técnica é caracterizado por um alto índice do consumo de álcool e outras drogas, não sendo surpresa para a sociedade e para os Órgãos Públicos esta realidade entre a população de rua, e entre outras camadas ou classes sociais. Porém, dada a condição de extrema pobreza, bem como a dificuldade extrema de acesso a serviços públicos, de todos os poderes, as pessoas que se encontram nesta situação de rua e consumindo álcool e droga, necessitam de uma atenção maior do poder público.

No âmbito do Governo Federal foi lançado o **Programa Crack, é Possível Vencer** é gerenciado pela Secretaria Municipal de Integração Social e Defesa do Consumidor e já conta com a adesão do nosso município. Trata-se de um programa que tem a finalidade de prevenir o uso de drogas e promover a atenção integral ao usuário conforme a Lei nº 11.343/2006. O programa reúne diversas ações que envolvem diretamente as políticas de saúde, assistência social e segurança pública e, de forma complementar, ações de educação e de garantia de direitos. As ações são organizadas em três eixos temáticos: Prevenção, Cuidado e Autoridade.



No que se refere as atividades desenvolvidas pelo município foi realizada Busca Ativa nos locais identificados pelo NUSA onde continham aglomerações de pessoas em situação de rua, onde é válido ressaltar que este processo de intervenção já é feito pela equipe de abordagem social da Diretoria de Proteção Social Especial desta secretaria de forma contínua, visando o acompanhamento e monitoramento focado neles e nas suas famílias.

A Busca Ativa funcionou em horário normal de expediente bem como em horário noturno sendo composta por servidores da Diretoria de Proteção Social Especial e Diretoria de Proteção Social Básica da Secretaria de Desenvolvimento Social-SEDES, dentre eles Assistente Social e Psicólogo, sendo essenciais para as abordagens, pareceres sociais e encaminhamentos, considerando também, a participação e/ apoio da Guarda Metropolitana de Palmas.

De acordo com os locais mapeados previamente pela Defensoria Pública foram realizadas buscas na Rodoviária, Rodoshopping, Praça da 21, 1206 sul, Praça central de Taquaruçu e do Bosque, Palmas Shopping, Eixão em frente ao Big Teotônio Segurado, Praia do Caju, Praça da Igreja Matriz de Taquaralto, Estação Apinajé, Feira Coberta da Aureny I e Taquari, Av. JK, Parque Sussuapara, Casarão da 302 Sul, Drinques Bar e Gatas Bar, Espaço Cultural, área verde do Setor Santa Bárbara, Caverna atrás da UPA do Aureny I.

Vale pontuar que não foram encontrados moradores de rua, na Área verde do Setor Santa Bárbara, Feira Coberta do Taquari, Praça da quadra 1206 sul e rodoviária, onde se ouviu relatos de moradores vizinhos aos locais, que afirmaram já ter presenciado pessoas em situação de rua habitando nas localidades supracitadas. Fomos também informados pela Guarda Metropolitana, que a Área Verde do Setor Santa Bárbara, se trata de um ponto específico de venda e consumo de drogas e afins, portanto não se configurando moradores de rua.

A Secretaria de Desenvolvimento Social neste ano de 2015 atendeu 45 (quarenta e cinco) pessoas em situação de vulnerabilidade social, moradores de rua, sendo 25 (vinte e cinco) encaminhadas ao seu estado/ município de origem, e 20 (vinte) acolhimentos na instituição parceira, RHEMA que presta Serviço de Acolhimento Institucional a este público.



Durante as entrevistas realizadas, foi possível identificar que a maior parte das pessoas em situação de rua, possuem algum conflito familiar, e consomem, ou já consumiram algum tipo de droga como: álcool, maconha, crack, assim, vale destacar que alguns dentre estes, chegaram a realizar acompanhamento pelo CAPS AD III e conseqüentemente abandonaram o tratamento.

Vale ressaltar que esta Secretaria já vem realizando busca ativa e/ atendimentos sociais, onde se resulta em um quantitativo considerável de encaminhamentos, seja para regularização de documentação civil, acolhimento e retorno aos seus estados e/ municípios de origem, corroborando citado acima.

Diante do exposto, tende a compreender que é válido e / necessário um olhar minucioso diante da situação dos moradores de rua do município de Palmas, onde – se observa que a maior parte destes (por serem dependentes químicos), trata – se de um público carente de acompanhamento, em especial da área da saúde, no que tange ao possível tratamento e / internação. É eficaz pontuar também um meio de reintegração social e/ trabalho, a pessoas que saíram de algum tipo de medida punitiva, sendo notório diante de relatos a discriminação que dificulta a inserção no mercado de trabalho. Destaca – se também a grande importância de aquisição de um equipamento de acolhimento para o público que necessita desse apoio.

Considerando o trabalho desenvolvido por nossa equipe de forma contínua, salienta –se que o grande desafio é construir uma política pública consistente, sustentável e efetiva, que possa articular esforços intersetoriais, assim, compreende-se que quando se trata de pessoas com dependência química, a saúde, a segurança pública, judiciário e demais poderes tem de assumir um papel fundamental.

No que tange a articulação com as políticas, principalmente a saúde, é necessário o esclarecimento das ações pertinentes de cada política em relação ao trabalho com a população de rua se fazendo fundamental na junção de forças para a superação das dificuldades no atendimento a esse tipo de demanda.

Entretanto, cabe ressaltar que o processo de superação da vivência nas ruas, não cabe apenas à Política de Assistência Social, mas sim, através da



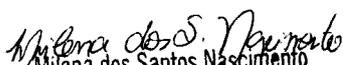
articulação de todas as políticas sociais, inclusive a de saúde, por se tratar de pessoas, na maioria das vezes, com dependência química.

Para execução do protocolo, sugerimos algumas ações a serem implementadas por atores importantes, que deverão ser complementadas, a fim de que se tenha um documento mais próximo da realidade possível, quando se tratar de atendimento à população de rua, em especial aos que consomem álcool e drogas, somando forças e utilizando as estruturas possíveis, diante do quadro limitado de recursos humanos e financeiros que cada ente possui no momento atual.

Visando o atendimento integral deste público a instituição deste Protocolo de Atendimento tende a promover de forma efetiva a articulação desta rede de serviços Socioassistenciais com as demais Políticas Públicas do município, sejam elas: Serviços de Políticas Públicas Setoriais de Saúde, Habitação, Trabalho e Renda, Educação e Segurança Alimentar, Articulação com os Demais Órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (Ministério Público, Defensoria Pública, Centros de Defesa, dentre outros), Sistema de Segurança Pública, Instituições de Ensino e Pesquisa, Serviços, Programas e Projetos de Instituições Não governamentais e Comunitárias, Articulação para acesso à documentação pessoal e dentre outros.

Diante da exposição das intervenções realizadas por esta Secretaria de Desenvolvimento Social, é possível visualizar o comprometimento desta instituição com este serviço e que a Equipe Técnica irá trabalhar para que o que propõe a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais seja de fato efetivado, como a convivência comunitária, a autonomia dos sujeitos e a reinserção social dos sujeitos sejam recuperadas.

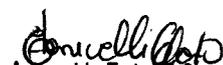
Neste sentido, nos colocamos a disposição para a implementação deste Protocolo, cultivando o diálogo com todos os órgãos responsáveis por este atendimento, objetivando conhecer as dificuldades enfrentadas por este público primando para o cumprimento da prestação destes serviços.



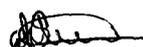
Milena dos Santos Nascimento
Psicóloga
Matrícula: 413019529



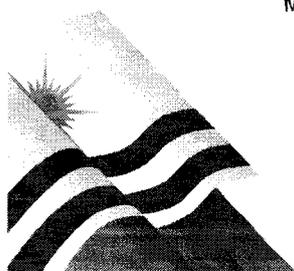
Silvana Moura Borges de Souza
Pedagoga
Matrícula: 413019351



Elaine Aparecida Toricelli Cieto
Analista em Ciências Sociais
Matrícula: 413.024.466



Nilza Maria de Sene
Pedagoga
Matrícula: 413019700

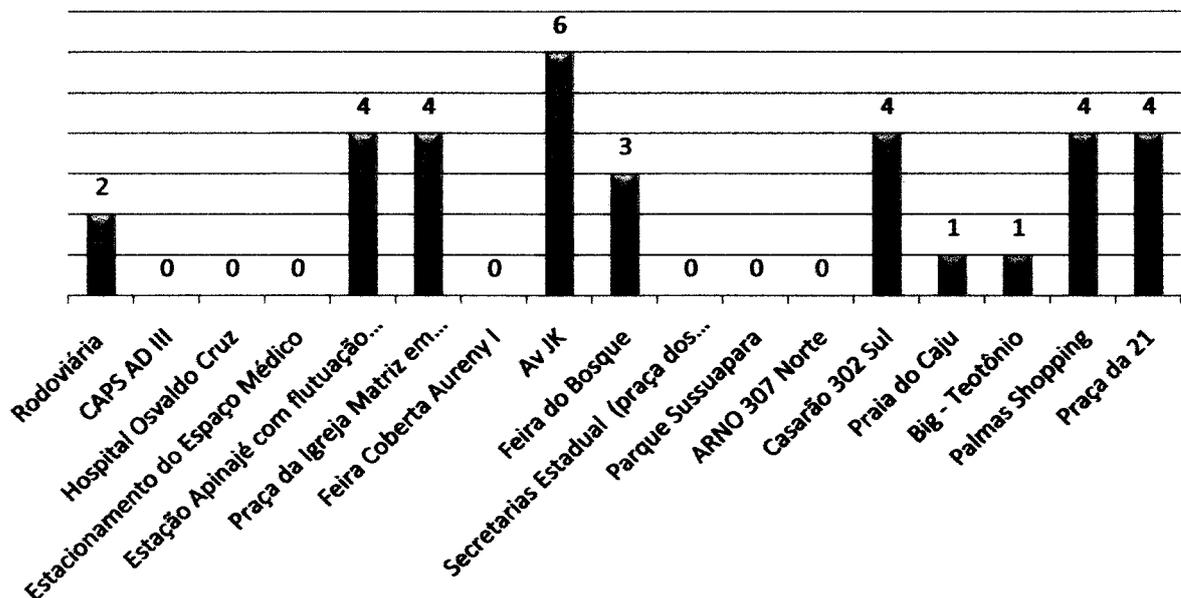


**Relatório da Análise Socioterritorial dos sujeitos que vivem em situação de rua no
Município de Palmas- TO.**

Dados Regionais:

Localidades:	
LOCAL	POPULAÇÃO
Rodoviária	2
CAPS AD III	-
Hospital Osvaldo Cruz	-
Estacionamento do Espaço Médico	-
Estação Apinajé com flutuação para AV JK	4
Praça da Igreja Matriz em Taquaralto	4
Feira Coberta Aurenny I	-
Av JK	6
Feira do Bosque	3
Secretarias Estadual (praça dos girassóis?)	-
Parque Sussuapara	-
ARNO 307 Norte	-
Casarão 302 Sul	4
Praia do Caju	1
Big - Teotônio	1
Palmas Shopping	4
Praça da 21	4
TOTAL:	33

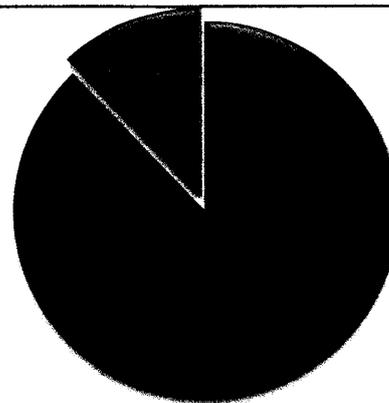
População de rua



Dados de Identificação:

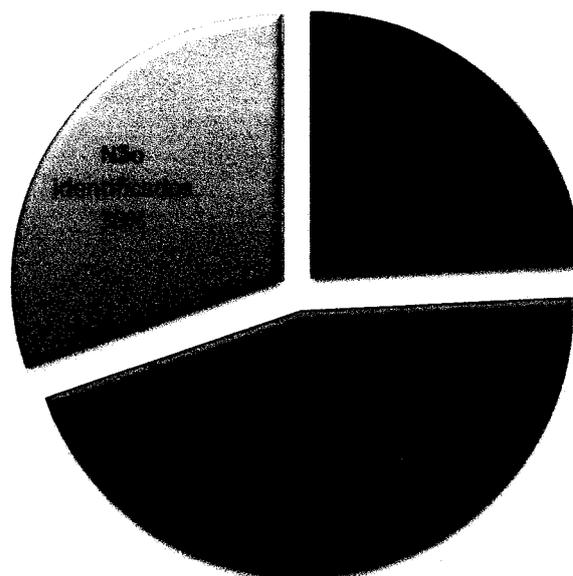
GÊNERO	POPULAÇÃO
Feminino	4
Masculino	29
TOTAL	33

Gênero



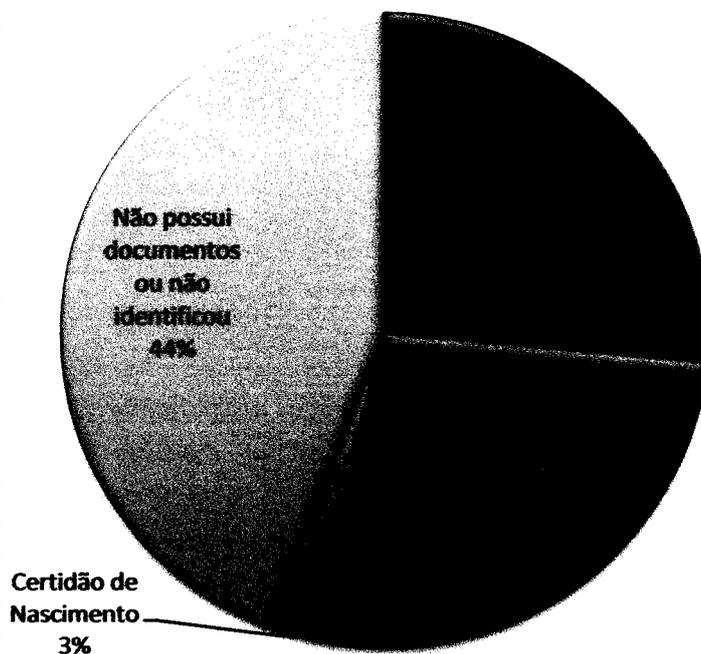
IDADE	POPULAÇÃO
Jovens de 20 a 28 anos	8
Adultos de 30 a 52 anos	15
Não identificados	10
TOTAL	33

Idade



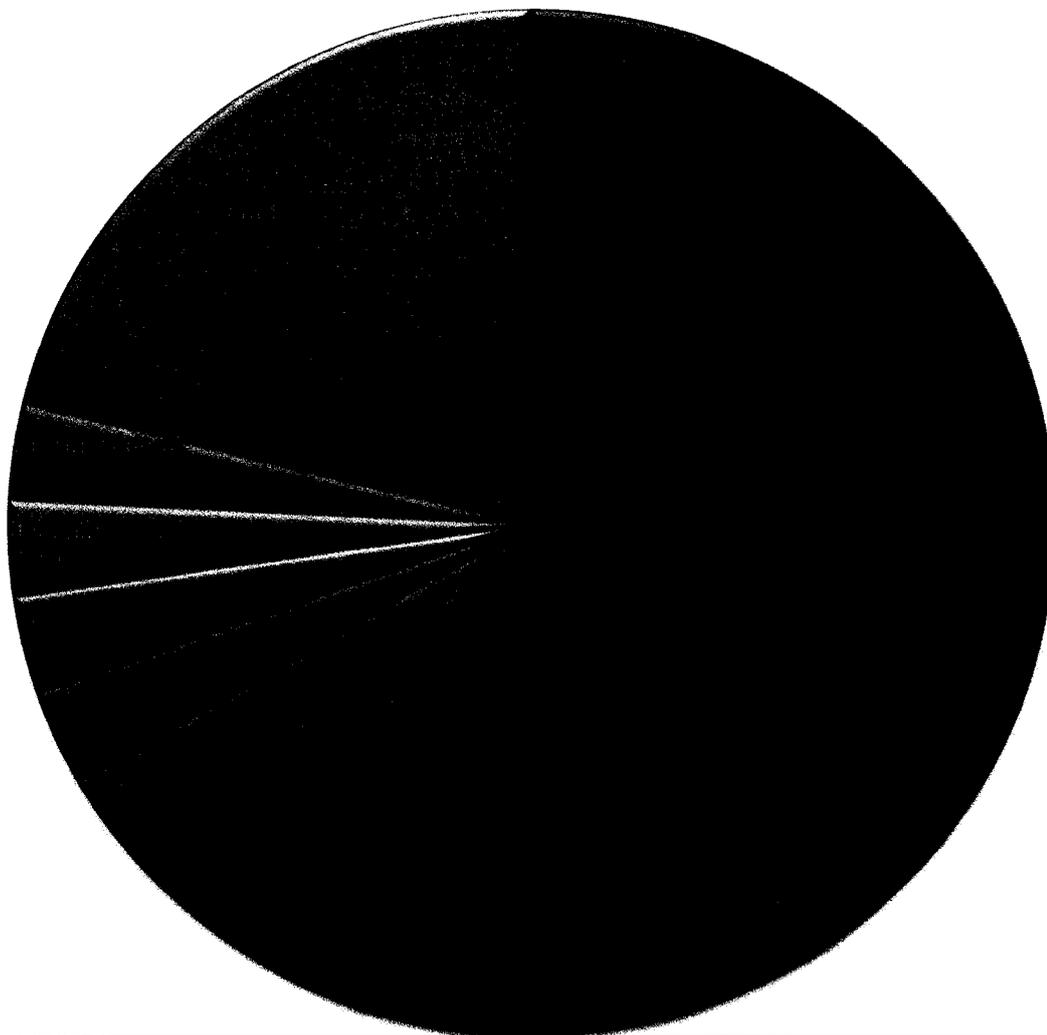
POSSUI DOCUMENTAÇÃO	
RG	9
CPF	9
Certidão de Nascimento	1
Não possui documentos ou não identificou	15
TOTAL	33

Documentação



Naturalidade	
ESTADO BRASILEIRO	POPULAÇÃO
Maranhão	2
Tocantins	10
Piauí	1
Paraíba	1
Goiás	4
Pará	3
Bahia	1
Rio de Janeiro	1
Rondônia	1
Paraná	1
Distrito Federal	1
Não Identificado	7
TOTAL	33

Naturalidade



Escolaridade:

ESCOLARIDADE	
Analfabeto	1
Ensino Fundamental (completo e/ou incompleto)	16
Ensino Médio (completo e/ou incompleto)	3
Não respondeu	13
TOTAL	33

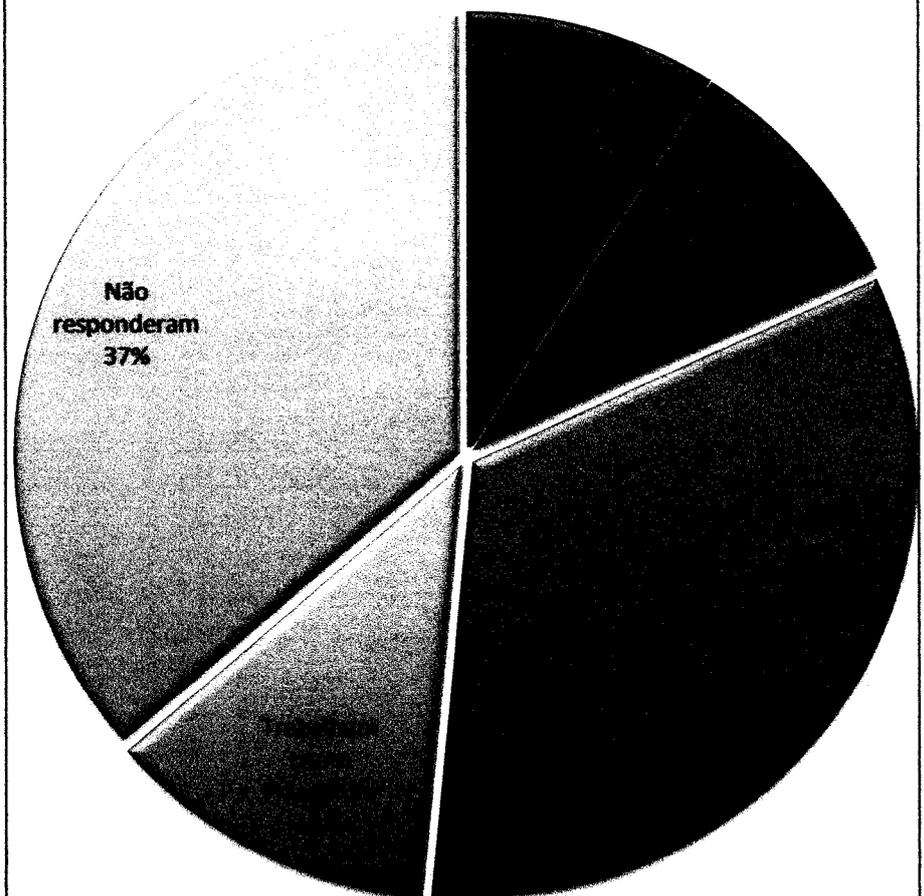
Escolaridade



Atividade Profissional:

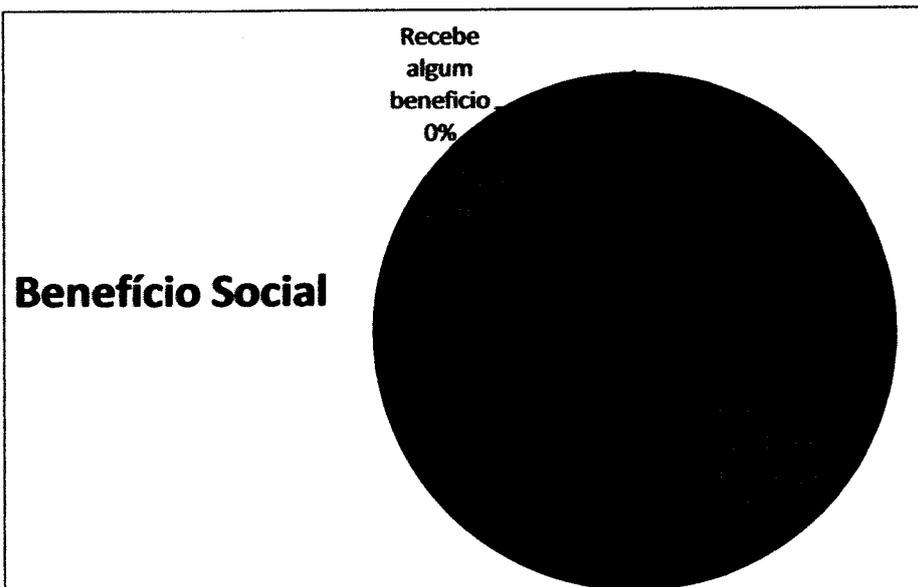
TRABALHO	
Trabalham	2
Trabalham como Mecânico	1
Trabalham na Construção Civil	3
Não trabalham	11
Trabalham como Flanelinha	4
Não responderam	12
TOTAL	33

Atividade profissional



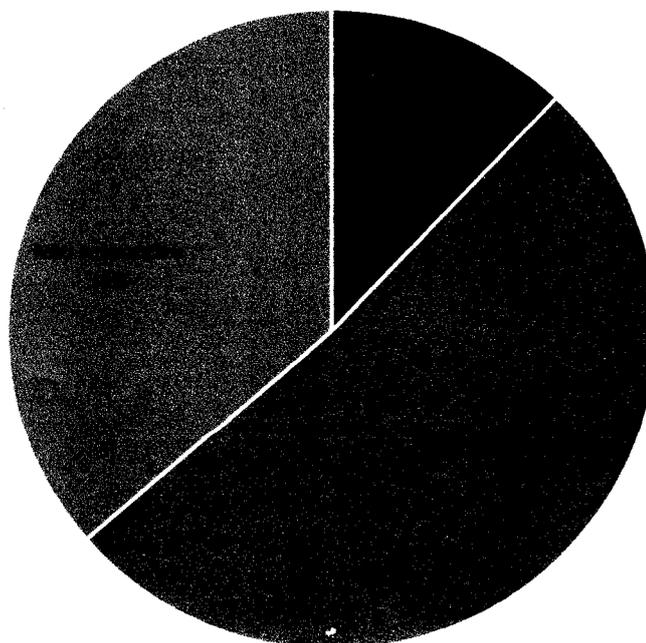
Saúde e Assistência Social:

BENEFICIO SOCIAL	
Recebe algum benefício	
Não recebe nenhum benefício	24
Não respondeu	9
TOTAL	33



USUÁRIOS DE DROGAS	
Não Faz uso	4
Crack	
Crack e outras drogas	1
Crack, bebida e outras drogas	2
Bebida	4
Bebida e outras drogas	7
Outras drogas	3
Não faz uso	
Não respondeu	12
TOTAL	33

Usuários de drogas



Durante o ano de 2015 foram concedidas 25 passagens terrestres para pessoas em situação de rua, reencaminhando-as a seus destinos de origem. As cidades de destino foram: Brasília – DF, São Luis – MA, Uberlândia – MG, Tocantinópolis – TO, Vila Rica – MT, Gurupi –TO, São Paulo – SP, Belém – PA, São João dos Patos – MA, Bernardo Sayão – TO, Bom Jesus – PI, Sorocaba – SP, Goianésia – PA e Teresina – PI.

Além do auxílio passagem, foram encaminhadas 20 pessoas para o acolhimento institucional na instituição Rhema, que atende dependentes químicos.